

EXCELENTÍSSIMA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo n. 1084263 – auditoria

O MUNICÍPIO DE JANAÚBA – MG, já devidamente qualificados nos autos de procedimento em epígrafe, vem, respeitosamente, em atendimento a intimação de ofício 12285/2022 manifestar nos seguintes termos:

1. Cuidam os autos de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Janaúba, objetivando analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da Administração Tributária Municipal. Na referida auditoria a 4ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios constatou em seu relatório 24 (vinte e quatro) apontamentos que necessitam da atuação do Poder Público Municipal em sua regulamentação;
2. Diante dos apontamentos no final do ano de 2020 o Município foi intimado para manifestar sobre o interesse ou não em realizar Termo de Ajustamento de Gestão - TAG com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Todavia, em que pese o gestor à época tenha manifestado quanto ao interesse na assinatura do TAG, deve-se registrar que a intimação a respectiva resposta ocorreu no final do período de gestão do período 2017-2020, tendo a resposta do Município sido formalizada pelo gestor que havia perdido o pleito eleitoral daquele ano e, conseqüentemente, deixaria de ser gestor em 01/01/2021;
3. Em virtude da consideração acima bem entendeu o Tribunal de Contas que o atual gestor, vencedor das eleições de 2020, deveria ser intimado sobre o mesmo teor da intimação anterior, já que a assinatura do TAG trata-se de atribuição e implicações personalíssima, de modo que não poderia o gestor anterior criar a obrigação de assinatura de termo futuro ao atual gestor;

4. Desse modo, a intimação decorrente de ofício de n. 12285/2022 foi no sentido dar ciência ao atual gestor “*dessa auditoria de conformidade, concedendo-lhe, ainda, o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para que se manifeste quanto à proposta de celebração de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, sugerido pelo Unidade Técnica. Informe-se que, em caso de se optar pela celebração do TAG, devem ser indicadas ações concretas e pormenorizadas a serem adotadas pela Municipalidade, voltadas a sanear as irregularidades apontadas pelo Órgão Técnico. Tais ações deverão constar de minuta de TAG e discriminadas de forma clara e objetiva*”;

5. Em resposta à intimação o Município de Janaúba manifesta, desde já, a intenção em firmar o TAG. Todavia, o prazo fixado é exíguo para atender a integralidade da intimação, senão vejamos: (i) Se o Município optar pela assinatura o ofício determina que já seja **apresentado a proposta de TAG pelo próprio Município**; (ii) a proposta de TAG a ser apresentada pelo Município deve **indicar ações concretadas e pormenorizadas a serem adotadas**; (iii) as ações devem constar do TAG de forma **discriminada e objetiva**;

6. Ora, o relatório da Unidade Técnica apresenta 24 (vinte e quatro) complexas e extensas ponderações sobre área da Prefeitura de Janaúba que indiscutivelmente atingirá mais de 1 (um) setor. É dizer, a apresentação de proposta com ações concretas, pormenorizadas, discriminadas e objetivas requer intenso estudo e planejamento integrado e estratégico de vários setores da prefeitura, de modo que o prazo de 30 dias presente no ofício é insuficiente ao fim que se destina;

7. O que se exige ao Município é a apresentação de verdadeira ferramenta de planejamento a se tornar termo de ajustamento de gestão. Lado outro e não menos importante é que a proposta de ação requer, também, a avaliação pela Prefeitura de Janaúba – MG do ambiente político, já que dentre as ponderações da unidade técnica será essencial o envolvimento do Poder Legislativo do Município com aprovação de Leis;

8. Fato é que o prazo de 30 dias fixado é por demais ínfimo ao fim de que se destina, pois não apenas envolverá vários setores da prefeitura, como, também, o Poder Legislativo;

9. Desse modo, em que pese a Prefeitura de Janaúba possua a intenção em firmar o TAG proposto pela Unidade Técnica do Tribunal de Contas de Minas Gerais, o Município requer que seja concedido maior prazo para apresentação da proposta de TAG com ações concretas, pormenorizadas, discriminadas e objetivas a enfrentar os apontamentos da unidade técnica.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Janaúba – MG, 30 de agosto de 2022.

(assinado eletronicamente)

NÚBIA BRUNO DA SILVA

Procuradoria-Geral do Município de Janaúba